



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

TERMO DE REFERÊNCIA N. 0838625/CJF

1. Definição do objeto (art. 6º, XXIII, "a", lei n. 14.133/2021)

1.1 Registro de preços para contratação de subscrições de solução integrada SUSE, compreendendo sistema operacional SUSE Linux Enterprise Server, Suporte Profissional Multi-Linux e ferramenta de gerenciamento centralizado SUSE Manager, para atender a demanda do Conselho da Justiça Federal e demais órgãos partícipes.

1.2 O fornecimento dos bens e serviços, descritos neste Termo de Referência, é composto dos seguintes itens:

Item	Especificação	Part Number	Unidade	Qtd. CJF	Qtd. STF	Qtd. Total
1	SUSE Linux Enterprise Server com Live Patching, x86-64, 1-2 Sockets com Máquinas Virtuais Ilimitadas, Priority Subscription, 3 Year	874-007981	Subscrição	12	0	12
2	SUSE Multi-Linux Support Professional, x86-64, 1-99 subscriptions, 1-2 Sockets with Unlimited Virtual Machines, Priority Subscription, 3 Year	BP-874-008267	Subscrição	6	0	6
3	SUSE Multi-Linux Manager Lifecycle Management+, X86-64, 1-2 Sockets with Unlimited Virtual Machines, Priority Subscription, 3 Year	874-007940	Subscrição	18	40	58

1.3 Compõem este Termo de Referência os seguintes anexos:

Anexo Único – Termo de Confidencialidade e Sigilo da Contratada.

1.4. Requisitos da contratação (art. 6º, XXIII, "d" c/c art. 18, §1º, III, lei n. 14.133/2021)

1.4.1 Requisitos de Negócio

1.4.1.1 Alta Disponibilidade e Continuidade de Serviço

- Suporte técnico 24/7 garante que falhas sejam resolvidas rapidamente.

- Reduz o tempo de inatividade e o impacto em operações críticas.

1.4.1.2 Segurança da Informação

- Atualizações de segurança rápidas e confiáveis.
- Correções para vulnerabilidades antes de se tornarem públicas.
- Ferramentas de conformidade com normas como LGPD, ISO 27001, PCI-DSS.

1.4.1.3 Redução de Riscos Operacionais

- Suporte especializado reduz erros de configuração e falhas humanas.
- Garantia de estabilidade em ambientes de produção.

1.4.1.4 Eficiência Operacional

- Ferramenta de gerenciamento centralizado.
- Automação de atualizações, patches e provisionamento de servidores.

1.4.1.5 Escalabilidade e Flexibilidade

- Suporte para ambientes híbridos (on-premise, containers, nuvem).
- Facilidade para crescer sem comprometer a estabilidade.

1.4.1.6 Suporte a Tecnologias Críticas

- Certificação com softwares como SAP, Oracle, VMware.
- Compatibilidade com hardware corporativo.
- Planejamento de Longo Prazo
- Ciclo de vida estendido.
- Previsibilidade para planejamento de TI e orçamentos.

1.4.2 Requisitos Temporais

1.4.2.1 Tempo de Resposta (SLA - Service Level Agreement)

- Garantia de atendimento em prazos definidos (ex: 1h, 4h, 24h).
- Diferentes níveis de suporte (básico, padrão, premium) com tempos de resposta variados.

1.4.2.2 Janela de Suporte Estendida

- Suporte técnico e atualizações por 5, 10 ou até 15 anos.
- Ideal para sistemas que não podem ser atualizados com frequência (ex: sistemas legados, ambientes

críticos).

1.4.2.3 Atualizações e Correções em Tempo Hábil

- Correções de segurança e bugs entregues rapidamente após a descoberta de vulnerabilidades.
- Atualizações programadas para minimizar impacto operacional.

1.4.2.4 Planejamento de Ciclo de Vida

- Informações claras sobre datas de fim de suporte (EOL - End of Life).
- Permite planejamento de migrações e atualizações com antecedência.

1.4.2.5 Disponibilidade Contínua

- Suporte 24/7 para ambientes que exigem operação ininterrupta.
- Redução do tempo de inatividade (downtime).

1.4.3 Requisitos Técnicos

- Compatibilidade com Hardware Corporativo
 - Certificação com servidores de marcas como Dell, HP, Lenovo, IBM.
 - Drivers otimizados e testados para desempenho e estabilidade.
- Suporte a Arquiteturas Diversas
 - x86_64, ARM, PowerPC, IBM Z, entre outras.
 - Ideal para ambientes heterogêneos.
- Gerenciamento Centralizado
 - Ferramentas como Red Hat Satellite, SUSE Manager, Landscape.
 - Controle de atualizações, inventário, automação e compliance.
- Segurança Avançada
 - SELinux, AppArmor, firewalls integrados.
 - Suporte a criptografia, autenticação multifator, VPNs e auditoria.
- Suporte a Virtualização e Containers
 - KVM, Xen, VMware, Hyper-V.
 - Docker, Podman, LXC, Kubernetes, OpenShift.
- Integração com Ambientes de Nuvem
 - Imagens oficiais para AWS, Azure, Google Cloud.
 - Ferramentas para orquestração e escalabilidade.
- Alta Disponibilidade e Balanceamento de Carga
 - Pacotes e suporte para clusters, failover e replicação.
- Desempenho e Escalabilidade
 - Otimizações para bancos de dados, aplicações web e cargas intensivas.
 - Suporte a grandes volumes de memória e múltiplos núcleos de CPU.
- Ciclo de Vida e Atualizações

- Planejamento de atualizações com impacto mínimo.
- Suporte a versões LTS (Long Term Support).
- Documentação Técnica e Base de Conhecimento
 - Acesso a guias, tutoriais, artigos técnicos e fóruns com curadoria oficial.

1.4.4 Requisitos de suporte

- Disponibilidade do Atendimento
 - Suporte 24 horas por dia, 7 dias por semana (24/7);
 - Atendimento em horários comerciais ou estendido, conforme o plano contratado.
- Tempo de Resposta Garantido (SLA)
 - Compromissos formais de tempo para resposta e resolução de problemas;
 - Diferentes níveis de SLA conforme a criticidade do incidente.
- Canais de Atendimento
 - Suporte via telefone, e-mail, portal web, chat ou sistema de chamados;
 - Acesso a base de conhecimento e documentação oficial.
- Especialização Técnica
 - Equipe de suporte com certificações e experiência comprovada;
 - Capacidade de lidar com ambientes complexos e críticos.
- Suporte Proativo
 - Monitoramento, alertas e recomendações antes que problemas ocorram;
 - Avaliações de segurança e desempenho periódicas.
- Escalonamento de Incidentes
 - Processo claro para escalar chamados para níveis superiores;
 - Garantia de envolvimento de especialistas em casos críticos.
- Idioma e Localização
 - Atendimento em português ou idioma local;
 - Suporte regional ou global, conforme a necessidade da empresa.
- Documentação e Relatórios
 - Registro detalhado de chamados, soluções e histórico;
 - Relatórios técnicos e gerenciais para auditoria e planejamento.
- Consultoria e Treinamento
 - Apoio na arquitetura de soluções, migração e otimização;
 - Treinamentos técnicos para equipes internas.
- Flexibilidade de Contrato
 - Planos ajustáveis conforme o porte e demanda da organização;
 - Opções de suporte por servidor, por núcleo, por instância ou por assinatura.

1.4.5 Requisitos de capacitação

1.4.5.1 Considerando que se trata de contratação de subscrições de produtos da fabricante SUSE que já se encontram em uso pelo CJF, não se verifica a necessidade de capacitação.

1.4.6 Requisitos de sustentabilidade ambiental

1.4.6.1 Os requisitos de sustentabilidade foram identificados por meio da Análise do Ciclo de Vida e Sustentabilidade (id. 0803719), emitido pela Seção de Sustentabilidade do CJF.

1.4.6.2 A contratação deverá seguir os seguintes critérios de sustentabilidade:

1.4.6.2.1 A solução e os serviços contratados devem contribuir para a otimização do desempenho dos sistemas de TI do CJF, o que implica em uma utilização mais eficiente da infraestrutura existente e, consequentemente, na redução do consumo de energia e outros recursos associados.

1.4.6.2.2 A CONTRATADA deverá observar, sempre que aplicável, para a execução dos serviços, as normas em vigor atinentes à Política de Sustentabilidade da Justiça Federal, bem como aos normativos internos, tais como o Plano de Logística Sustentável 2025/2026 e o Manual de Sustentabilidade nas compras e contratações do Conselho da Justiça Federal, instituído pela Portaria CJF n. 96, de 10 de fevereiro de 2023.

1.4.6.2.3 A CONTRATADA será responsabilizada por qualquer prejuízo que venha causar ao CJF por ter suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas por falta de cumprimento de normas ligadas ao software elencado no presente Termo de Referência.

1.4.7 Requisitos legais e normativos aplicáveis ao objeto da contratação

1.4.7.1 A contratação será realizada na modalidade Pregão Eletrônico através de Sistema de Registro de Preços - Pregão Eletrônico - Menor Preço, com fundamento nos seguintes normativos:

1.4.7.1.1 Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre as normas para licitações e contratos administrativos;

1.4.7.1.2 Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

1.4.7.1.3 Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal - PETI 2021/2026, aprovado pela Resolução CJF n. 685/2020;

1.4.7.1.4 Resolução CNJ 370/2021, que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o período 2021/2026;

1.4.7.1.5 Resolução CNJ 468/2022, dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

1.4.7.1.6 Portaria CJF n. 232/2023 - Dispõe sobre as etapas do planejamento das contratações de bens e serviços fundamentadas por meio da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Conselho da Justiça Federal;

1.4.7.1.7 Resolução nº 347/2020 (CNJ) - Dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário;

1.4.7.1.8 Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018).

1.4.8 Requisitos de Segurança

1.4.8.1 A CONTRATADA deverá garantir a segurança das informações do CJF e se compromete a não divulgar ou fornecer a terceiros quaisquer dados e informações que tenha recebido do Conselho no curso da prestação dos serviços, a menos que autorizado formalmente e por escrito para tal.

1.4.8.2 A CONTRATADA, após a assinatura do contrato, por meio de seu representante, deverá assinar TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO em que se responsabilizará pela manutenção de sigilo e confidencialidade das informações a que possa ter acesso em decorrência da contratação.

1.4.8.3 A CONTRATADA se compromete a tratar os dados pessoais decorrentes deste instrumento de acordo

1.5 Descrever solução de TIC de forma detalhada, motivada e justificada

1.5.1 A solução composta pelas subscrições SUSE Linux Enterprise Server com Live Patching, SUSE Multi-Linux Support Professional e SUSE Multi-Linux Manager Lifecycle Management+ oferece um ambiente robusto e eficiente para a gestão, suporte e segurança de servidores Linux em infraestrutura física, virtual e multi-distribuição.

1.5.2 O SUSE Linux Enterprise Server com Live Patching permite aplicar atualizações críticas de segurança no kernel Linux sem a necessidade de reinicialização do sistema, minimizando paradas e garantindo alta disponibilidade para serviços essenciais do órgão. Isso reduz o tempo de inatividade e mantém a continuidade das operações críticas, além de melhorar a segurança e a conformidade com políticas internas e regulamentações externas.

1.5.3 O SUSE Multi-Linux Support Professional fornece suporte prioritário para múltiplas distribuições Linux em ambientes heterogêneos, simplificando a gestão e resolução de problemas.

1.5.4 O SUSE Multi-Linux Manager Lifecycle Management+ facilita o gerenciamento do ciclo de vida dos sistemas Linux, incluindo automação de atualizações, monitoramento, configuração e conformidade, proporcionando maior controle, eficiência operacional e segurança ao ambiente.

1.5.5 No conjunto, essas subscrições trazem benefícios que incluem alta disponibilidade das aplicações e serviços, segurança reforçada com patches imediatos, suporte especializado para múltiplos sistemas Linux e ferramentas integradas para gerenciar ambientes complexos de forma eficaz, tornando a infraestrutura tecnológica do órgão mais resiliente, segura e gerenciável.

1.6 Ciclo de vida do objeto

1.6.1 A Análise do Ciclo de Vida do objeto foi realizada pela Seção de Sustentabilidade (SESUST), conforme Despacho SEI id. 0803719:

1.6.1.1 Planejamento

A contratação é considerada primordial para a atuação da STI, visto que o CJF conta com cerca de 750 servidores virtuais distribuídos em 18 servidores físicos, utilizando distribuições como SUSE Linux Enterprise Server (SLES), Red Hat Enterprise Linux (RHEL) e CentOS.

De acordo com o ETP em elaboração, referenciado no Despacho id. 0800706, a demanda está alinhada ao:

- Plano de Contratações Anual (PCA 2025): Prevista no Item 142 – Subscrição Linux e ferramenta de gerenciamento centralizado Multi-Linux, com atualização de versão;
- PETI-JF (2021-2026): Alinhada ao Macrodesafio de Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados;
- Estratégia do CJF (2021-2026): objetivo estratégico "Promover a transformação digital para aprimoramento dos serviços prestados pelo CJF";
- PDTI (2024-2026): Conecta-se à Iniciativa (INIC-2024-018) - Atuar para manutenção dos processos de infraestrutura de TI.

A avaliação do ciclo de vida deve considerar os custos atrelados às emissões e recursos consumidos, mas no caso específico do fornecimento de subscrições, o impacto ambiental direto é significativamente mitigado por conta do caráter online do serviço. Destaca-se que o suporte técnico também acontecerá de forma remota (via telefone, e-mail, portal web, chat ou sistema de chamados).

O objetivo desta contratação é manter a operabilidade de todos os sistemas computacionais e aplicações disponibilizados pelo CJF.

1.6.1.2 Execução

O contrato deverá ter a vigência de 36 (trinta e seis) meses. A prestação dos serviços ocorrerá de forma remota, com suporte 24 horas por dia, 7 dias por semana (24/7), com atendimento em horários comerciais ou estendido, conforme o plano contratado. O contato será realizado de diversas formas, conforme descrito anteriormente.

O TR explicitamente declara a desnecessidade de treinamento dos servidores.

1.6.1.3 Avaliação

Após um período acordado, a avaliação será fundamental para verificar os objetivos alcançados e a efetividade das recomendações sugeridas.

1.6.1.4 Encerramento

A fase de encerramento do contrato deverá ser planejada para garantir a continuidade dos serviços e a transferência de informações relevantes.

As lições aprendidas durante a vigência do contrato deverão ser documentadas para alimentar e aprimorar futuras estratégias de aquisição e fornecimento, promovendo a melhoria contínua das práticas sustentáveis.

Por se tratar de subscrição, a contratação não implica a geração de resíduos sólidos ou rejeitos materiais que exijam a implementação de sistemas de Logística Reversa física.

2. Fundamentação da contratação (art. 6º, XXIII, "b" c/c art. 18, §1º, I e II, lei n. 14.133/2021)

2.1 Motivação da contratação (art. 5º, Lei n. 14.133/2021)

2.1.1 Motivação por parte do CJF:

O CJF conta atualmente em seu ambiente computacional com aproximadamente 750 (setecentos e cinquenta) servidores virtuais (número variável), distribuídos em 18 (dezoito) servidores físicos, que utilizam múltiplos sistemas operacionais Linux (Distribuições) para suportar sistemas computacionais e aplicações disponibilizados para os usuários internos e externos.

Distribuições Linux (ou "distros") são variações do sistema operacional Linux, criadas por diferentes organizações ou comunidades, que combinam o núcleo do Linux (kernel) com um conjunto de softwares, ferramentas, interfaces gráficas e gerenciadores de pacotes para formar um sistema completo e utilizável.

O CJF possui um parque tecnológico heterogêneo, com servidores que executam diferentes distribuições do sistema operacional Linux, incluindo, principalmente SUSE Linux Enterprise Server (SLES), Red Hat Enterprise Linux (RHEL) e CentOS, para suportar sistemas críticos e serviços essenciais à sua missão institucional.

O fim da vigência do contrato 022/2022 (id. 0386582) ocorrerá em 27/12/2025. Firmado com a empresa O3S CONSULTORIA E TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, seu objeto é a subscrição de serviço de suporte prioritário do sistema operacional SUSE Linux e da ferramenta de gerenciamento centralizado SUSE Manager, com atualização de versão.

As subscrições RHEL, objeto do contrato 021/2023 (id. 0512917), têm validade até 20/07/2026, além disso, a quantidade contratada (licenciamento para 2 (dois) hosts físicos) é insuficiente.

Para CentOS e demais distribuições Linux, não há serviço contratado, porém, os servidores do SERH, por exemplo, utilizam distribuição CentOS.

Em decorrência do que foi descrito anteriormente, é essencial contar com suporte técnico qualificado, além de realizar atualizações regulares de versões, bem como ações preventivas e corretivas contra falhas e vulnerabilidades em softwares. Isso se aplica a um ambiente composto por diversas distribuições de sistema operacional Linux, gerenciadas de forma centralizada, visando assegurar a continuidade, o desempenho, a confiabilidade e a proteção dos serviços de TI do CJF.

2.1.2 Motivação por parte do STF:

O Supremo Tribunal Federal mantém uma ampla infraestrutura de servidores virtuais em ambiente Linux - com destaque para CentOS, Oracle Linux e Ubuntu - que sustenta aplicações judiciais e corporativas críticas. A elevada quantidade de máquinas virtuais e a heterogeneidade de versões de sistemas e pacotes impõem desafios significativos à gestão, padronização e atualização contínua desse parque tecnológico.

Para assegurar a disponibilidade, a continuidade e a confiabilidade dos serviços de TI sob responsabilidade do STF, faz-se necessária a contratação de solução tecnológica que viabilize a gestão centralizada e remota de atualizações de segurança e de pacotes de aplicações nos sistemas operacionais Linux adotados. Tal solução deve apoiar a prevenção e a correção tempestiva de vulnerabilidades, reduzindo a intervenção manual e mitigando riscos operacionais decorrentes de inconsistências, erros humanos e janelas de indisponibilidade.

Os sistemas Linux evoluem continuamente, seja por correções de bugs, seja por melhorias de segurança ou por exigências funcionais decorrentes de novos serviços. A execução manual e distribuída dessas atividades, sobretudo em ambiente de grande escala, tende a ser morosa, custosa e propensa a falhas, comprometendo níveis de serviço e conformidade com boas práticas de segurança da informação. Nesse contexto, a adoção de uma solução de gerenciamento centralizado para o ambiente Linux mostra-se medida necessária e proporcional, com vistas a aumentar a eficiência operacional, agilizar a aplicação de patches, elevar o grau de padronização e minimizar indisponibilidades.

Diante do exposto, justifica-se a contratação de ferramenta especializada que contemple, no mínimo, orquestração remota, automação de atualização de sistemas e pacotes, monitoramento contínuo, relatórios de conformidade, definição de janelas de manutenção, mecanismos de rollback, controle de dependências, segmentação por ambientes (produção, homologação e desenvolvimento) e trilhas de auditoria. A solução deverá suportar nativamente as distribuições CentOS, Oracle Linux e Ubuntu, garantindo assinatura e verificação de integridade de pacotes, comunicação segura e registro auditável das ações executadas, em consonância com as boas práticas de governança e segurança aplicáveis à Administração Pública.

2.2 Objetivos a serem alcançados

2.2.1 Objetivos por parte do CJF:

- Manter a operacionalidade de todos os sistemas computacionais e aplicações disponibilizados pelo CJF.
- Obter as atualizações prioritárias de programas, correções, alertas de segurança e atualizações críticas de patches, assistência com solicitações de serviço.
- Obter suporte remoto 24 horas por dia.

2.2.1.1 Benefícios diretos e indiretos

- Garantir a disponibilidade da infraestrutura de TI do CJF, de acordo com as metas do PETI-JF.
- Garantir o funcionamento do sistema operacional SUSE Linux Enterprise através de prevenção e correção de possíveis falhas.
- Utilizar o serviço de suporte técnico remoto disponibilizado em regime de atendimento de 24 horas durante os sete dias da semana.
- Acessar prioritariamente as atualizações desenvolvidas pelo fabricante, com o intuito de melhorar e acrescentar funcionalidades para maior produtividade, além da correção de bugs e falhas de segurança.

2.2.2 Objetivos por parte do STF:

2.2.2.1 Aumento da Segurança e Conformidade

- Gerenciamento de patches e atualizações centralizado e automatizado: Garantir que todos os servidores Linux recebam, de forma rápida e controlada, as atualizações de segurança. O objetivo é reduzir drasticamente a superfície de ataque por vulnerabilidades não corrigidas.
- Conformidade com normas de segurança: A solução permite auditar o ambiente e garantir que todos os sistemas estejam em conformidade com políticas de segurança definidas e regulamentações internas ou externas, gerando relatórios de auditoria e compliance.
- Gestão do ciclo de vida de conteúdo: Permite testar pacotes e patches em ambientes de homologação (staging) antes de liberá-los para produção, resultando em menor indisponibilidade por atualizações problemáticas.

2.2.2.2 Otimização da Eficiência Operacional e Redução de Custos

- Gestão centralizada: Gerenciar múltiplos sistemas Linux a partir de um único console, resultando em uma simplificação da administração e eliminação de ferramentas dispersas.
- Automação de configuração: Utilização da tecnologia Salt para padronizar configurações, instalar software e impor estados de configuração em milhares de máquinas de uma só vez, promovendo um provisionamento rápido e consistente de novos servidores (serviços) e eliminação de desvios de configuração.
- Otimização de licenças: A ferramenta ajuda a rastrear o uso real das subscrições, garantindo que o STF não esteja subutilizando ou excedendo suas licenças, otimizando o custo de propriedade.

2.2.2.3 Melhoria na Estabilidade e Resiliência da Infraestrutura

- Monitoramento em tempo real: Acompanhamento contínuo da saúde, performance e status dos servidores Linux, propiciando uma melhoria na disponibilidade e gestão proativa de incidentes.
- Gerenciamento de ativos e inventário: Manter um inventário unificado e preciso de hardware, software e configurações de cada servidor, promovendo uma melhor base de dados de configuração (CMDB) para os processos de Gerenciamento de Incidentes e Mudanças.
- Suporte a ambientes heterogêneos: Garantir que, mesmo com a adoção de novas tecnologias ou diferentes fornecedores, a equipe consiga gerenciar toda a frota Linux (física, virtual e cloud) com a mesma eficácia.

Em suma, os resultados pretendidos se concentram em atingir uma Infraestrutura Linux automatizada, altamente segura e em conformidade, o que é essencial para garantir a continuidade e a integridade dos serviços jurisdicionais do STF.

2.4 Alinhamento entre a contratação e o Plano Estratégico Institucional e/ou de TI e o Plano Anual de Contratações

2.4.1 Alinhamento ao Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – PETI-JF (2021-2026):

- Macrodesafio do Poder Judiciário: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

2.4.2 Alinhamento à Estratégia do Conselho da Justiça Federal – PE/CJF (2021-2026):

- Promover a transformação digital para aprimoramento dos serviços prestados pelo CJF.

2.4.3 Alinhamento ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI (2024-2026):

- Iniciativa (INIC-2024-008) - Atuar para manutenção dos processos de infraestrutura de TI.

2.4.4 Alinhamento ao Plano de Contratações Anual – PCA (2025):

- Item 142 - Subscrição Linux e ferramenta de gerenciamento centralizado Multi-Linux, com atualização de versão.

2.5 Referência aos Estudos Preliminares da Solução de TI

2.5.1 Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda – DOD (id. 0740171) e os Estudos Técnicos Preliminares – ETP (id. 0809752) acostados ao processo SEI n. 0002128-48.2025.4.90.8000.

2.6 Relação entre a demanda prevista e a quantidade de bens e/ou serviços a serem contratados (art. 18, § 1º, IV, lei 14.133/2021)

2.6.1 Quantitativo relativo ao CJF:

Os 18 (dezoito) servidores físicos (com 2 (dois) sockets de 28 (vinte e oito) cores cada) estão distribuídos no site corporativo (6 (seis) hosts) e no site da Nuvem da Justiça Federal – NUJUFÉ (6 (seis) hosts no site do CJF e 6 (seis) hosts no site do STJ).

Estes hosts abrigam aproximadamente 750 (setecentos e cinquenta) servidores virtuais (número variável) que utilizam múltiplos sistemas operacionais Linux (Distribuições), sendo 600 (seiscentos) em Suse Linux Enterprise SUSE Linux Enterprise Server (SLES) e 150 (cento e cinquenta) em Red Hat Enterprise Linux (RHEL), CentOS, Oracle Linux, Debian ou Ubuntu, para suportar sistemas computacionais e aplicações corporativas e nacionais, disponibilizados para usuários internos e externos.

2.6.2 Quantitativo relativo ao STF:

A quantidade de 40 (quarenta) subscrições a ser contratada está diretamente vinculada à demanda operacional do STF e ao dimensionamento da infraestrutura de TI que suporta os sistemas críticos da Corte. Este quantitativo foi estabelecido como o mínimo necessário para garantir a cobertura integral dos servidores físicos (Hosts) atualmente responsáveis pela hospedagem e execução dos serviços essenciais.

A aquisição é fundamental para assegurar a conformidade legal e a segurança de nossa base operacional, eliminando vulnerabilidades e riscos de indisponibilidade e, ao adotar o modelo de licenciamento por Host, o STF garante a eficiência operacional e a economicidade do gasto público, pois o quantitativo contratado otimiza o custo da subscrição em relação à capacidade de sua infraestrutura crítica.

2.7 Análise de mercado de Tecnologia da Informação e Comunicação com o levantamento das soluções disponíveis e/ou contratadas por órgãos ou entidades da Administração Pública, seus respectivos valores, bem como a definição e a justificativa da escolha da solução

2.7.1 Para atendimento aos problemas de negócio, é necessária a contratação de uma solução integrada que abrange: subscrição do sistema operacional, subscrição para o suporte técnico especializado Multi-Linux e subscrição para a ferramenta de gerenciamento centralizado de ciclo de vida. Estes itens são comercializados separadamente, mas devem ser adquiridos em conjunto para garantir a responsabilidade técnica única e a compatibilidade integral da solução. Assim, as alternativas estão distribuídas:

2.7.2 Levantamentos das Alternativas

2.7.2.1 Alternativa 1: Convergência de distribuição Linux;

2.7.2.2 Alternativa 2: Subscrições (atualização e suporte) para Suse Linux Enterprise Server (SLES), Red Hat Enterprise Linux (RHEL), Oracle Linux, Ubuntu Pro e Ferramenta de Gerenciamento Centralizado Suse Multi-Linux Manager;

2.7.2.3. Alternativa 3: Subscrições (atualização e suporte) para Suse Linux Enterprise Server (SLES), Suse Multi-Linux e ferramenta de gerenciamento centralizado Suse Multi-Linux Manager (Licenciamento por máquina virtual - VM);

2.7.2.4. Alternativa 4: Subscrições (atualização e suporte) para Suse Linux Enterprise Server (SLES), Suse Multi-Linux e ferramenta de gerenciamento centralizado Suse Multi-Linux Manager (Licenciamento por máquina física - Host);

2.7.2.5. Alternativa 5: Manter os sistemas operacionais Linux sem atualização e suporte.

2.7.3 Entende-se que a **Alternativa 4** atende melhor às necessidades do CJF, pois já está em uso nos diversos serviços disponibilizados e suportados por este Conselho, o que garante a continuidade operacional e minimiza riscos de migração. Adicionalmente, ela oferece um sistema de gerenciamento centralizado (SUSE Multi-Linux Manager) e suporte especializado (SUSE Multi-Linux) capaz de suportar não só o SUSE Linux Enterprise, mas também outras distribuições Linux como Oracle Linux, CentOS, Ubuntu, etc, que são eventualmente utilizadas no CJF. Por fim, o modelo de licenciamento por Máquina Física (Host) torna-a a opção mais econômica e financeiramente viável, alinhando-se aos princípios de eficiência e economicidade da Administração Pública.

2.8. Custo total estimado para a contratação (art. 6º, XXIII, "i", lei n. 14.133/2021)

2.8.1 Para a realização da estimativa de custo da presente contratação, foram considerados preços públicos constantes do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e consultas realizadas com empresas especializadas no segmento de mercado, especificamente para o item 2 (Multi-Linux Support Professional) por ser uma solução nova para a qual não foram localizados preços públicos.

2.8.2 Para os preços públicos foi adotada a correção monetária prevista em cada contratação e registrada no Mapa Comparativo de Preços (id. 0834099).

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL - CJF				
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Médio Estimado
1	SUSE Linux Enterprise Server com Live Patching, x86-64, 1-2 Sockets com Máquinas Virtuais Ilimitadas, Priority Subscription, 3 Year	Subscrições	12	R\$ 581.135,88
2	SUSE Multi-Linux Support Professional, x86-64, 1-99 subscriptions, 1-2 Sockets with Unlimited Virtual Machines, Priority Subscription, 3 Year	Subscrições	06	R\$ 172.014,00
3	SUSE Multi-Linux Manager Lifecycle Management+, X86-64, 1-2 Sockets with Unlimited Virtual Machines, Priority Subscription, 3 Year	Subscrições	18	R\$ 165.855,24
TOTAL				R\$ 919.005,12

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF				
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Médio Estimado
1	SUSE Linux Enterprise Server com Live Patching, x86-64, 1-2 Sockets com Máquinas Virtuais Ilimitadas, Priority Subscription, 3 Year	Subscrições	0	R\$ 0,00
2	SUSE Multi-Linux Support Professional, x86-64, 1-99 subscriptions, 1-2 Sockets with Unlimited Virtual Machines, Priority Subscription, 3 Year	Subscrições	0	R\$ 0,00
3	SUSE Multi-Linux Manager Lifecycle Management+, X86-64, 1-2 Sockets with Unlimited Virtual Machines, Priority Subscription, 3 Year	Subscrições	40	R\$ 368.567,20
TOTAL				R\$ 368.567,20

VALOR GLOBAL ESTIMADO				
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Médio Estimado

1	SUSE Linux Enterprise Server com Live Patching, x86-64, 1-2 Sockets com Máquinas Virtuais Ilimitadas, Priority Subscription, 3 Year	Subscrições	12	R\$ 581.135,88
2	SUSE Multi-Linux Support Professional, x86-64, 1-99 subscriptions, 1-2 Sockets with Unlimited Virtual Machines, Priority Subscription, 3 Year	Subscrições	06	R\$ 172.014,00
3	SUSE Multi-Linux Manager Lifecycle Management+, X86-64, 1-2 Sockets with Unlimited Virtual Machines, Priority Subscription, 3 Year	Subscrições	58	R\$ 534.422,44
TOTAL				R\$ 1.287.572,32

2.9 Natureza do objeto a ser contratado (art. 6º, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII ou XVIII)

2.9.1 O objeto da presente contratação pode ser objetivamente especificado por meio de padrões usuais de mercado. Dessa forma, entende-se que esse objeto é classificado como bens e serviços comuns para fins do disposto no art. 6º, inciso XIII, da Lei n 14.133/2021, podendo, portanto, ser contratado por meio de processo licitatório na modalidade Pregão, preferencialmente na forma eletrônica.

2.9.2 Natureza do objeto:

2.9.2.1 Quanto à natureza do objeto, de acordo com o art. 2º da IN 12/2022 - CJF, os serviços são classificados, quanto a sua natureza, como de caráter contínuo:

“Art. 2º Consideram-se serviços e fornecimentos contínuos aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de maneira permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do

2.10 Justificativa para o parcelamento ou não da solução de TIC (art. 18, § 1º, VIII, lei n. 14.133/2021)

2.10.1 Em observância ao princípio do parcelamento, previsto no Art. 47, II, da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública justifica a NÃO ADOÇÃO desta medida, determinando que o objeto seja contratado em LOTE ÚNICO, apesar de envolver três itens distintos (SUSE Linux Enterprise Server com Live Patching, SUSE Multi-Linux Support Professional e SUSE Multi-Linux Manager Lifecycle Management+).

2.10.2 Esta decisão se fundamenta na inviabilidade técnica e na vantajosidade econômica, uma vez que os itens propostos compõem uma solução tecnológica integrada de responsabilidade de um único fabricante. O desmembramento do objeto poderia comprometer a integridade do sistema, resultando na perda da garantia e do suporte prioritário do fabricante, além de impossibilitar a atribuição de responsabilidade única pela manutenção e gerenciamento do ciclo de vida da infraestrutura de TI.

2.10.3 Desta forma, a aquisição conjunta dos três itens em lote único assegura a necessária compatibilidade técnica, o máximo aproveitamento dos recursos e a obtenção de economia de escala, configurando-se como a solução de menor custo global e o melhor interesse para a Administração.

Item	Especificação	Part Number	Unidade	Quantidade	Órgão
1	SUSE Linux Enterprise Server com Live Patching, x86-64, 1-2 Sockets com Máquinas Virtuais Ilimitadas, Priority Subscription, 3 Year	874-007981	Subscrição	12	CJF
2	SUSE Multi-Linux Support Professional, x86-64, 1-99 subscriptions, 1-2 Sockets with Unlimited Virtual Machines, Priority Subscription, 3 Year	BP-874-008267	Subscrição	6	CJF
3	SUSE Multi-Linux Manager Lifecycle Management+, X86-64, 1-2 Sockets with Unlimited Virtual Machines, Priority Subscription, 3 Year	874-007940	Subscrição	18	CJF
				40	STF

2.11 Permissão consórcio, subcontratação e cooperativa da solução de TIC, justificando-se a decisão (arts. 15 e 122, lei n. 14.133/2021)

2.11.1 Não será admitida subcontratação parcial ou total do objeto contratado.

2.11.2 É vedada a participação de empresas em consórcio ou a subcontratação da solução, pois não há questões de alta complexidade e de relevante vulto que impeçam a participação isolada de empresas e assim justificar a união de esforços.

2.11.3 Neste tipo de objeto, a participação em consórcio não amplia o leque de concorrentes, apenas aumenta a complexidade administrativa da gestão contratual.

2.11.4 É permitida a participação de cooperativas, desde que atendam ao disposto no Art. 16 da Lei 14.133/2021.

3. Forma e critério de seleção de fornecedor (art. 6º, XXIII, "h", lei n. 14.133/2021)

3.1 Modalidade e critério de julgamento (arts. 28 e 33, lei n. 14.133/2021)

3.1.1 Classifica-se o serviço a ser fornecido como comum, conforme Acórdão 2.471/2008-TCU-Plenário, assim definida a forma de seleção do fornecedor como LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, por Sistema de Registro de Preços (SRP), com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO e modo de disputa ABERTO.

3.1.2 O preço mínimo será aquele ofertado pela empresa vencedora do pregão eletrônico, desde que atenda a todas os requisitos técnicos e administrativos exigidos neste Termo de Referência (art. 33 da Lei 14.133/2021).

3.1.3 O preço máximo admitido pela Administração está baseado no item 2.8 (Custo total estimado para a contratação) deste Termo de Referência, o qual espelha a pesquisa de mercado realizada.

3.1.4 Os preços serão finais e definitivos e neles deverão estar inclusos todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.

3.2 Fundamentação legal do sistema de registro de preços (Decreto n. 11.462, de 31 de março de 2023)

3.2.1 O Sistema de Registro de Preços – SRP, regulamentado pelo Decreto n. 11.462, de 31 de março de 2023, prevê em seu art. 3º, inciso III, que o SRP poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

a) quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas.

3.2.2 Considerando que na referida contratação houve manifestação de interesse por parte do STF para atuar como coparticipe, conforme E-mail (id. 0788967), foi sugerida a adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP.

3.2.3 Ante o exposto, a presente contratação enquadra-se na hipótese do inciso supracitado, sendo conveniente e adequada a adoção do SRP para realizar contratações para atendimento aos órgãos participantes desta contratação.

3.2.4 O Conselho da Justiça Federal será o órgão gestor da Ata de Registro de Preços.

3.2.5 Conforme o art. 86 da Lei n. 14.133/2021, deve-se realizar procedimento público de divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP) na fase preparatória do processo licitatório para fins de registro. Contudo, considerando que este Conselho não dispõe de capacidade de gerenciamento adicional de novos participantes, a publicação da IRP poderá ser dispensada.

3.2.6 Deverá ser resguardada a possibilidade de posterior adesão à Ata de Registro de Preços por parte dos órgãos do Poder Judiciário, em conformidade com o Acordo de Cooperação Técnica n. 16/2024 (id. 0809894), enquanto não participantes, no formato conhecido como "carona".

3.2.7 Para a presente seleção, as licitantes não podem oferecer propostas em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, nos termos do inc. IV do art. 82 da Lei n. 14.133, de abril de 2021.

3.2.8 Não serão aceitas propostas com preços diferenciados em razão do local de entrega do objeto.

3.3 Critérios de seleção do fornecedor (art. 6º, XXIII, "h", lei n. 14.133/2021)

3.3.1 Critérios técnicos

3.3.1.1 A proposta de preços deverá ser redigida em língua portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas.

3.3.1.2 A licitante deve, juntamente com a proposta comercial, apresentar os manuais, catálogos, folders, ou outros documentos técnicos, ou ainda, links públicos oficiais da solução exigida ou do serviço exigido, para comprovação do atendimento às características técnicas especificadas neste Termo de Referência.

3.3.1.3 A licitante deverá apresentar com clareza a marca, o modelo, o tipo, a configuração e outras informações aplicáveis e necessárias à perfeita caracterização do serviço proposto, de forma a permitir a

correta identificação deste na documentação técnica apresentada.

3.3.1.4 Os documentos serão analisados, para fins de verificação do atendimento às características da solução especificados neste Termo de Referência.

3.3.1.5 A participação de empresas do mesmo grupo econômico, para fins de apresentação de atestados, será admitida dentro das normas legais.

3.3.1.6 O licitante que apresentar documentação de habilitação em desacordo com o Edital desta contratação será inabilitado.

3.3.1.7 A participação exclusiva de micro e pequenas empresas, prevista no art. 48 da Lei Complementar nº 123/06, não será aplicada em razão de ter o valor estimado ficado acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), vide item 3.5.2 deste Termo de Referência, bem como pelo fato da indivisibilidade do objeto a ser contratado, conforme item 2.10 deste Termo de Referência.

3.3.2 Critérios de aceitabilidade de preços (art. 6º, XVIII e XXIX, lei n. 14.133/2021) (se aplicável)

3.3.2.1 Os preços serão finais e definitivos e neles deverão estar inclusos todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.

3.3.2.2 Os valores máximos aceitos pela Administração para aquisição serão os valores constantes das propostas ofertadas pelas empresas.

3.3.2.3 Os critérios de aceitabilidade de preços terão como base o custo médio anual estimado e o custo médio total estimado para 36 (trinta e seis) meses, conforme apurado no Mapa Comparativo de Preços (id. 0834099).

3.3.3 Documentação de Habilitação

3.3.3.1 O licitante deverá apresentar a documentação de habilitação jurídica, de habilitação fiscal, social e trabalhista e qualificação econômico-financeira exigidas no instrumento convocatório.

3.3.3.2 A habilitação técnica será comprovada por meio da apresentação de:

- a) atestado ou certidão de capacidade técnico-operacional, emitido por entidade da Administração Federal, estadual ou municipal, direta ou indireta e/ou empresa privada, que comprove que a empresa proponente tenha fornecido subscrições com características técnicas semelhantes às do objeto do presente Termo de Referência, no quantitativo mínimo de 25 (vinte e cinco) subscrições, sendo permitido o somatório de atestados.

3.3.3.3 Outros documentos de habilitação:

- a) deverão ser fornecidas informações detalhadas das subscrições que se pretende contratar: fabricante, modelo, part number, descrição técnica, quantidade e preço unitário.

3.4 DA MOTIVAÇÃO PARA DISPENSAR A DIVULGAÇÃO DA IRP

3.4.1 Considerando a natureza do objeto da contratação e a urgência no atendimento da demanda, a divulgação prévia da intenção de registro de preços não se mostra vantajosa, uma vez que o próprio procedimento de registro de preços, por sua natureza, já assegura condições adequadas de competitividade entre os fornecedores aptos a atender ao objeto pretendido.

3.4.2 A realização da divulgação prévia tende a ampliar os prazos do processo licitatório, elevando o risco de atraso no atendimento da necessidade administrativa e podendo comprometer a prestação tempestiva do serviço público.

3.4.3 Soma-se a esse cenário o fato de que a contratação demanda significativo esforço técnico e operacional por parte da unidade demandante e das unidades especializadas envolvidas, especialmente na elaboração, análise e publicação dos artefatos necessários à licitação. Esse esforço é agravado pelo reduzido quantitativo de servidores disponíveis para o gerenciamento de Ata de Registro de Preços com elevado número de órgãos partícipes, circunstância que pode implicar a necessidade de nova pesquisa de preços, ajustes no Termo de Referência e no Edital, além do incremento das atividades operacionais de cadastramento, acompanhamento e controle, atrasando sobremaneira a conclusão do certame. Diante disso, entende-se justificada a dispensa do procedimento, em consonância com o Parecer ASJUR (id. 0185074), item 2.3.3.

3.5 DA ADESAO

3.5.1 Dos órgãos participantes:

3.5.1.1 A adesão está limitada a 01 (um) órgão participante, tendo em vista a capacidade de gerenciamento da unidade demandante, nos termos do art. 7º, inciso I, do Decreto n. 11.462/2023.

3.5.2 Dos órgãos não participantes:

3.5.2.1 Os demais órgãos do Poder Judiciário poderão aderir à ata de registro de preços nos termos do Acordo de Cooperação Técnica, com destaque para a cláusula 4ª, alínea “d” do documento (id. 0809894)

3.5.2.2 A aceitação do órgão não participante estará condicionada à aceitação do órgão gerenciador e do fornecedor, bem como às restrições dispostas nos art. 31 e 32 do Decreto n. 11.462/2023.

3.6 Margem de preferência

3.6.1 Lei 8.248/1991:

3.6.1.1 Não será prevista a margem de preferência para bens manufaturados nacionais na presente contratação, por não estar previsto no rol de itens do Anexo I, da Resolução CICS/MGI n. 7/2024.

3.6.2 Decreto 8.538/2015:

a) Tendo em vista que o valor da contratação ultrapassa o limite estabelecido de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), no art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, a disputa se dará em ampla concorrência, e, ainda, em conformidade com o art. 8º do Decreto nº 8.538/2015, quanto à possibilidade de reserva de cota de até 25% para ME/EPP quando a contratação ultrapasse o limite estabelecido, a unidade técnica entende que a aplicação da reserva de cota para essa contratação pode comprometer a padronização e a qualidade do produto.

b) Em relação ao art. 7º, conforme preceituado no item 2.12 deste TR, não será admitida subcontratação em nenhuma hipótese. Assim, com base no inciso II do art. 10º do referido Decreto e no princípio da eficiência administrativa, justifica-se o não estabelecimento da reserva de cotas para ME/EPP nessa contratação.

c) Quando aos demais artigos no Decreto nº 8.538/2015 aplica-se o que couber.

4 Modelo de execução e de gestão do contrato (art. 6º, XXIII, "f", lei n. 14.133/2021)

4.1 Vigência (art. 105, lei n. 14.133/2021)

4.1.1 Da Ata de Registro de Preços:

4.1.1.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, mediante pesquisa de preços, nos termos do art. 84 da Lei n. 14.133, de abril de 2021 e do art. 22 do Decreto n. 11.462, de março de 2023.

4.1.1.2 Os quantitativos deverão ser renovados quando da prorrogação da ata de registro de preços.

4.1.2 Do Contrato Administrativo:

4.1.2.1 O prazo de vigência do contrato será de:

- a) até 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato, para as etapas de entrega/disponibilização das subscrições e aceitação da solução;
- b) 36 (trinta e seis) meses a partir do termo de recebimento definitivo do item anterior.

4.1.2.2 Justificativa para contratação pelo período inicial de 36 (trinta e seis) meses:

A presente contratação constitui serviço contínuo, conforme descreve o Art. 6º, XV, da Lei n. 14.133/2021, com a finalidade de manutenção de atividades administrativas decorrentes de necessidades permanentes;

Ressalta-se que um período de vigência contratual ampliado contribui para que a contratação em tela possa ser considerada mais atrativa pelo mercado, favorecendo a Administração em termos de

economicidade e ampliação da competitividade;

Deve-se considerar ainda que o objeto da contratação imprescindível ao bom funcionamento da infraestrutura de TI e que tais serviços, se paralisados, podem pôr em risco o ambiente tecnológico do CJF.

4.2 Reajuste (art. 6º, LIX, lei n. 14.133/2021)

4.2.1 Após o interregno de um ano, contado da data do orçamento estimado pela administração, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante negociação entre as partes, tendo como referência o limite máximo a variação acumulada do Índice de Custo da Tecnologia da Informação - ICTI, calculado e divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, conforme estabelece a Instrução Normativa SGD/ME n. 01/2019, no período compreendido entre o mês do orçamento estimado e o mês anterior ao seu aniversário.

4.2.2 No primeiro reajuste, as partes observarão para que o percentual a ser aplicado não seja superior à variação acumulada, no período compreendido entre o mês do orçamento estimado e aquela em que se verificar o mês anterior ao aniversário deste orçamento.

4.2.3 Os reajustes seguintes serão calculados considerando-se a variação acumulada dos 12 (doze) últimos meses anteriores ao aniversário do orçamento.

4.2.4 Caso o índice estabelecido para delimitar o reajustamento dos preços seja extinto ou, de qualquer forma, não possa mais ser utilizado para esse fim, as partes desde já concordam que em substituição seja adotado o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.2.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice para delimitar o reajustamento dos preços.

4.2.6 Incumbe à CONTRATADA a apresentação do pedido de reajuste acompanhado da respectiva memória de cálculo, a qual, após análise e aprovação pelo CONTRATANTE, redundará na emissão do instrumento pertinente ao reajuste contratual.

4.3 Obrigações contratuais da contratante e da contratada

4.3.1 Deveres e responsabilidades do Contratante

4.3.1.1 Manter a CONTRATADA informada de quaisquer atos da Administração Pública que venham a interferir direta ou indiretamente nos serviços contratados;

4.3.1.2 Adotar todas as providências necessárias que viabilizem a realização dos serviços objeto deste Contrato;

4.3.1.3 Solicitar à CONTRATADA, por escrito, as providências que impliquem alterações nos serviços, desde que estas não modifiquem suas características principais e estejam dentro de escopo definido e acordado, e/ou comunicar quaisquer anormalidades que ocorram na prestação dos serviços, através da abertura de um chamado técnico no sistema disponibilizado pela CONTRATADA;

4.3.1.4 Designar responsável para o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratual;

4.3.1.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, com vistas ao seu adequado desempenho, anotando as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA sobre a ocorrência de quaisquer fatos que exijam a adoção de medidas corretivas;

4.3.1.6 Realizar os procedimentos previstos na Portaria CJF n. 230/2023 relativos à apuração de infrações e aplicação de penalidades relativas aos descumprimentos na execução contratual.

4.3.1.7 Comunicar formalmente qualquer anormalidade ocorrida na execução dos serviços pela CONTRATADA;

4.3.1.8 Emitir termos de aceite provisório e definitivo dos serviços;

4.3.1.9 Atestar a fatura correspondente e autorizar o respectivo pagamento à CONTRATADA, desde que os serviços tenham sido realizados satisfatoriamente e aceitos pelo CONTRATANTE.

4.3.2 Deveres e responsabilidades da Contratada

4.3.2.1 Atender a todos os requisitos técnicos deste Termo de Referência;

- 4.3.2.2 Entregar/disponibilizar os objetos descritos no contrato nos prazos máximos nele determinados;
- 4.3.2.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de qualidade inferior ou instalação em desacordo com o contratado;
- 4.3.2.4 Responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas, previdenciários e pelas obrigações sociais, todos previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- 4.3.2.5 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do contrato;
- 4.3.2.6 Respeitar o sistema de segurança do CONTRATANTE e fornecer todas as informações solicitadas por ele relativas ao cumprimento do objeto;
- 4.3.2.7 Acatar as exigências dos poderes públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhe sejam impostas pelas autoridades;
- 4.3.2.8 Guardar inteiro sigilo dos serviços contratados e dos dados processados, bem como de toda e qualquer documentação gerada, reconhecendo serem esses de propriedade e uso exclusivo do CONTRATANTE, sendo vedada, à CONTRATADA, sua cessão, locação ou venda a terceiros;
- 4.3.2.9 Utilizar padrões definidos em conjunto ou pelo CJF, tais como nomenclaturas, metodologias etc.;
- 4.3.2.10 Não transferir, sob qualquer pretexto, a responsabilidade para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;
- 4.3.2.11 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme art. 92 XVII, da Lei 14.133/2021, bem como em outras normas específicas, comprovando, no ato da assinatura do contrato, que possui efetivamente em seus quadros pessoas nessa qualidade;
- 4.3.2.12 Obedecer aos preceitos da Lei Geral da Proteção de Dados sobre as informações e imagens que, porventura, possa ter acesso;
- 4.3.2.13 Transferir, quando do registro da solução dos chamados técnicos registrados pelo CJF, o conhecimento para a equipe técnica do CJF por meio de orientação quanto ao uso das melhores práticas de uso do produto;
- 4.3.2.14 Fornecer os respectivos manuais técnicos e de usuário dos softwares alvos desta contratação, ou disponibilizar acesso à base de conhecimento oficial do fabricante;
- 4.3.2.15 Apresentar as notas fiscais/faturas contendo a discriminação exata e os respectivos quantitativos dos itens contratados, com os respectivos valores, bem como relatórios de níveis de serviço;
- 4.3.2.16 Observar o Código de Ética do CJF;
- 4.3.2.17 Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante a execução do objeto do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.3.2.18 Efetuar o cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos Documentos Fiscais (Notas Fiscais) e certidões negativas com vistas à liquidação e pagamento das faturas;
- 4.3.2.19 Por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a CONTRATADA terá acesso ao link do SIGEO e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.
- 4.3.2.20 Restituir ao CONTRATANTE, no prazo máximo estabelecido na Guia de Recolhimento da União – GRU, quaisquer valores eventualmente antecipados, na proporção do período não executado, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento contratual.
- 4.3.2.21 Indicar formalmente preposto visando estabelecer contatos com o gestor do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato.

4.3.2.22. É vedado à CONTRATADA:

- 4.3.2.22.1. Ter em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da contratação;

4.3.2.22.2. A vedação constante no subitem anterior se estende às contratações cujo procedimento de contratação tenha sido deflagrado quando os servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

4.3.2.22.3 A contratação de empresa pertencente a parente de servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo CJF, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo de contratação;

4.3.2.22.4 Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

4.3.2.22.5 Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

4.3.2.22.6 Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Termo de Referência.

4.4 Papéis a serem desempenhados durante a execução contratual

4.4.1 Pela CONTRATANTE

4.4.1.1 Equipe de Fiscalização do Contrato: o objeto desta contratação será fiscalizado por servidor ou comissão de servidores do CONTRATANTE, doravante denominados Fiscalização, que terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual. À Equipe de Fiscalização compete, entre outras atribuições:

- a) Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
- b) Manter organizado e atualizado um sistema de controle em que se registrem as ocorrências ou os serviços descritos de forma analítica;
- c) Acompanhar e atestar o fornecimento dos serviços contratados e indicar a ocorrência de inconformidade ou não cumprimento do contrato;
- d) Encaminhar à Secretaria de Administração os documentos para exame e deliberação sobre a possível aplicação de sanções administrativas.

4.4.1.2 A ação da Equipe de Fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

4.4.2 Pela CONTRATADA

4.4.2.1 Representante legal: pessoa formalmente designada e devidamente autorizada a firmar contrato em nome da CONTRATADA;

4.4.2.2 Preposto: nomeado pelo representante legal no início da execução contratual, nos termos do art. 118 da Lei nº 14.133/2021, que atuará como representante da CONTRATADA durante a execução contratual.

4.4.2.3 A CONTRATADA deverá apresentar preposto no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da assinatura do contrato.

4.5 Dinâmica de execução contratual

4.5.1 Procedimentos

4.5.1.1 Após a assinatura do contrato e as nomeações da Equipe de Fiscalização do Contrato, será realizada a reunião inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus Anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução contratual;

4.5.1.2 A reunião inicial de alinhamento ocorrerá, preferencialmente, de maneira remota e deverá ocorrer **em até 10 (dez) dias úteis** contados a partir da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério do CONTRATANTE;

4.5.1.2.1 A pauta dessa reunião será composta, minimamente, pela apresentação do Preposto da empresa

pelo representante legal da CONTRATADA. A carta de apresentação do Preposto deverá conter os dados de identificação do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder às principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual. Além disso, informações sobre o uso da solução e expectativas estabelecidas no TR e no contrato serão objeto de informe na citada reunião.

4.5.1.3 O CONTRATANTE emitirá a Ordem de Serviço solicitando que a CONTRATADA forneça as subscrições conforme cláusulas as contratuais;

4.5.1.4 As subscrições do software contratado, bem como suas chaves de ativação, caso existam, devem ser disponibilizadas **em até 15 (quinze) dias corridos** após a confirmação de recebimento da Ordem de Serviço, podendo o prazo ser prorrogado por igual período desde que devidamente justificado pela CONTRATADA e autorizado pelo CONTRATANTE;

4.5.1.5 A CONTRATADA deverá realizar a entrega dos produtos, de acordo com os respectivos prazos e dentro dos padrões de qualidade e de compatibilidade técnica, conforme as definições especificadas neste instrumento;

4.5.1.6 O atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos para a entrega do objeto constante da Ordem de Serviço resultará na aplicação das penalidades previstas em contrato e/ou neste Termo de Referência;

4.5.1.7 Caso necessário e a critério do Gestor do Contrato, o prazo de fornecimento das subscrições poderá ser motivadamente estendido a fim de garantir a efetiva entrega dos produtos;

4.5.1.8 O Gestor do Contrato emitirá o Termo de Recebimento Provisório – TRP alegando que recebeu as subscrições constantes da Ordem de Serviço e promoverá a análise do objeto com o auxílio do Fiscal Técnico do Contrato;

4.5.1.9 Após a validação das subscrições pela Equipe de Fiscalização, o Gestor do Contrato emitirá o Termo de Recebimento Definitivo – TRD atestando que as subscrições estão de acordo com o exigido neste Termo e autorizando a CONTRATADA a emitir o faturamento correspondente;

4.5.1.10 Após o recebimento da Nota Fiscal e da documentação necessária, será realizado o ateste dos serviços e a autorização do pagamento pelo Gestor do Contrato;

4.5.1.11 Após a liquidação do pagamento, o contrato seguirá sua execução até o limite de sua vigência sem outros atos administrativos a serem destacados, salvo em caso excepcionais, como a instrução de prorrogação do Ajuste.

4.5.1.12 O procedimento para recebimento do objeto e pagamento estão descritos detalhadamente nos itens 4.6 e 4.7 deste Termo de Referência.

4.5.2 Instrumentos formais para fornecimento do objeto

4.5.2.1 A entrega das subscrições será solicitada por meio da emissão da respectiva Ordem de Serviço.

4.5.2.2 A empresa terá até 1 (um) dia útil para confirmação do recebimento da Ordem de Serviço.

4.5.3 Forma de comunicação

4.5.3.1 A comunicação, que deverá ocorrer primordialmente entre a CONTRATANTE e o preposto da CONTRATADA, poderá ser estabelecida de forma eletrônica, com a utilização de correio eletrônico. Excepcionalmente por outros meios, quando em comum acordo entre as partes.

4.5.4 Prazos de execução

4.5.4.1 O prazo para a entrega do objeto será de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da confirmação de recebimento da Ordem de Serviço; esta confirmação deverá ocorrer em até 1 (um) dia útil pela CONTRATADA.

4.5.4.2 Ao se findar o prazo estipulado no item 4.5.4.1 e houver entrega de subscrição em desacordo com o especificado neste Termo de Referência, no Instrumento Convocatório, no Contrato ou com defeito serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será obrigada a substituí-los no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de se considerar atraso na entrega.

4.5.4.3 Na contagem dos prazos previstos neste documento, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis e de expediente no Conselho da Justiça Federal.

4.5.4.4 Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do Contratante.

4.5.4.5 Havendo pedido de prorrogação do prazo de entrega, a eventual concessão ocorrerá somente nas hipóteses previstas no art. 140 da Lei n. 14.133/2021, em caráter excepcional e sem efeito suspensivo, e deverá ser encaminhado por escrito, com antecedência mínima de 1 (um) dia do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela CONTRATADA.

4.5.4.6 Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado ao CJF preferencialmente na forma eletrônica.

4.5.4.7 Em casos excepcionais, autorizados pelo CONTRATANTE, o documento comprobatório do alegado poderá acompanhar a entrega do produto.

4.5.4.8 O prazo de garantia do objeto não poderá ser inferior a 36 (trinta e seis) meses e será contado a partir do Recebimento Definitivo lavrado pela CONTRATANTE.

4.5.5 Níveis mínimos de serviço

4.5.5.1 Para cada chamado aberto, o primeiro atendimento deverá ser realizado nos prazos pré-determinados, conforme descrito nos níveis de serviço.

4.5.5.2 A qualidade dos serviços de suporte será avaliada por meio dos indicadores relacionados abaixo:

Id.	Indicador	Regime de Atendimento
1	Atendimento dos chamados técnicos de Severidade 1 deverão ser atendidos no prazo de 1 (uma) hora.	24x7
2	Atendimento dos chamados técnicos de Severidade 2 deverão ser atendidos no prazo de 2 (duas) horas.	24x7
3	Atendimento dos chamados técnicos de Severidade 3 deverão ser atendidos no prazo de 4 (quatro) horas.	24x7
4	Atendimento dos chamados técnicos de Severidade 4 deverão ser atendidos no prazo de 1 (um) dia útil.	24x7

4.5.5.3 Dos níveis de severidade:

Nível de Severidade	Descrição
Severidade 1	Chamados para solucionar problema severo que possa afetar gravemente os serviços/sistemas em ambiente de produção ou torná-los indisponíveis, bem como ocorrer perda de dados nesse ambiente, não existindo nenhuma alternativa de contorno do problema: o prazo máximo para resposta inicial do atendimento técnico é de 1 hora após sua abertura;

Severidade 2	Chamados para solucionar problema que cause impacto significativo no desempenho e na qualidade de parte dos serviços/sistemas ou que, apesar de não causar interrupção continuada, o serviço em ambiente de produção esteja funcionando com capacidade fortemente reduzida: o prazo máximo para resposta inicial do atendimento técnico é de 2 horas após sua abertura;
Severidade 3	Chamados para solucionar problema que envolva a interrupção parcial não-crítica de funcionalidade em qualquer ambiente do CONTRATANTE, com impacto de nível médio a baixo na disponibilidade dos serviços/sistemas ou quando houver prejuízo para algumas operações, mas não comprometa todos os serviços/sistemas (passível de uso de uma solução de contorno – workaround): o prazo máximo para resposta inicial do atendimento técnico é de 4 horas após sua abertura;
Severidade 4	Chamados para tratar questões gerais sobre utilização, recomendações para aprimoramentos futuros ou modificações de produtos. Não estão relacionadas a nenhum impacto na qualidade, desempenho ou funcionalidade dos produtos: o prazo máximo para resposta inicial do atendimento técnico é de 1 dia útil após sua abertura.

4.5.5.4 O tempo será contabilizado a partir da abertura do chamado, por telefone, correio eletrônico, acesso remoto ou por portal na internet.

4.5.5.5 O não cumprimento dos prazos máximos de atendimento dos chamados poderá ensejar a aplicação de sanções previstas neste Termo de Referência.

4.5.6 Acompanhamento e verificação da execução contratual, dos prazos de garantia e dos níveis de serviços exigidos

4.5.6.1 O responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato a ser firmado será o(s) servidor(es) designado(s) pela Administração, que atuará(ão) orientando, fiscalizando e intervindo no interesse do CJF, a fim de garantir o exato cumprimento das cláusulas e condições pactuadas entre as partes.

4.5.6.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de software/licença inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CJF ou de seus agentes, de conformidade com o art. 120 da lei n. 14.133/2021.

4.5.6.3 É direito da fiscalização rejeitar o objeto instalado quando entender que se encontra fora das especificações constantes neste Termo de Referência.

4.5.6.4 À fiscalização compete, dentre outras atribuições:

4.5.6.4.1 Encaminhar à Administração o documento que relacione as ocorrências que impliquem em multas ou outras penalidades a serem aplicadas a CONTRATADA;

4.5.6.4.2 Solicitar à CONTRATADA ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da instalação dos softwares/licenças e à boa execução dos serviços;

4.5.6.4.3 Acompanhar e avaliar a execução dos serviços pela CONTRATADA, indicando as ocorrências que inviabilizem o recebimento;

4.5.6.4.4 Encaminhar à autoridade superior para as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência; e,

4.5.6.4.5 Zelar para que o objeto do ajuste seja fielmente executado conforme o pactuado entre as partes.

4.6. Recebimento do objeto (art. 140, lei n. 14.133/2021)

4.6.1 O recebimento e a aceitação deste objeto obedecerão ao disposto no artigo 140 da Lei n. 14.133/2021, no que lhes for aplicável, e proceder-se-ão na forma seguinte:

4.6.1.1 Provisoriamente, em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da disponibilização das licenças, mediante termo de recebimento provisório, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta.

4.6.1.2 Definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e a constatação do bom funcionamento, mediante termo de recebimento em definitivo, desde que de não haja qualquer irregularidade, o que não exime a contratada de reparar eventuais defeitos constatados posteriormente.

4.6.1.3 Caso o objeto contratado esteja em desconformidade com o estabelecido neste Termo de Referência, serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA obrigará-se a adotar providências no sentido de adequá-los de acordo com o prescrito neste Termo, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação.

4.6.1.4 À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, sendo que nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto.

4.6.2 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos em lei ou pelo contrato.

4.7. Critérios de medição e pagamento (art. 6º, XXIII, "g", lei n. 14.133/2021)

4.7.1 O pagamento será efetuado, por ordem bancária, mediante a apresentação de nota fiscal eletrônica correspondente ao fornecimento do bem e/ou execução do serviço.

4.7.1.1 As notas fiscais deverão ser emitidas com número do CNPJ qualificado no preâmbulo e encaminhadas ao gestor do contrato pelo sistema SIGEO, com cópia no e-mail: sesser@cjf.jus.br.

4.7.1.2 No corpo da nota fiscal deverá ser especificado o objeto contratado, o período faturado no formato dia / mês / ano e os quantitativos dos itens, se for o caso.

4.7.1.3 A Nota Fiscal deverá, obrigatoriamente, ser inserida no sistema SIGEO e comunicado ao gestor do contrato, conforme previsto nas obrigações da CONTRATADA.

4.7.2 Após verificar que o objeto foi entregue de acordo com as especificações contratuais, o gestor do contrato emitirá o atesto em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal, que será encaminhada à área financeira para:

a) liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal, no prazo de:

a.1) 5 (cinco) dias úteis nos casos dos valores que não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n. 14.133/2021;

a.2) 10 (dez) dias úteis nos demais casos.

b) pagamento, a contar da liquidação da despesa, no prazo de:

b.1) 5 (cinco) dias úteis, nos casos dos valores que não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n. 14.133/2021;

b.2) 10 (dez) dias úteis nos demais casos.

4.7.2.1 O prazo para liquidação de despesa poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.7.2.1.1 O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado.

4.7.3 Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

4.7.4 Deverá ser apresentada, concomitante à nota fiscal, a seguinte documentação, ambas inseridas no SIGEO e atualizadas periodicamente:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA.
- e) Outros documentos necessários para auxiliar na gestão, fiscalização e pagamentos.

4.7.5 Dos valores a serem pagos à CONTRATADA, serão abatidos, na fonte, os tributos federais, estaduais e municipais, na forma da lei.

4.7.5.1 Caso a CONTRATADA goze de algum benefício fiscal, ficará responsável pela apresentação de documentação hábil, ou, no caso de optante pelo Simples Nacional – Lei Complementar n. 123/2006, pela entrega de declaração, conforme modelo constante da Instrução Normativa nº 1.234/2012, alterada pela Instrução Normativa nº 1.244/2012, ambas da Secretaria da Receita Federal.

4.7.5.2 Após apresentada a referida comprovação, a CONTRATADA ficará responsável por comunicar ao CONTRATANTE qualquer alteração posterior à situação declarada, a qualquer tempo, durante a execução do ajuste.

4.7.6. O prazo de pagamento será interrompido nos casos em que haja necessidade de regularização do documento fiscal, o que será devidamente apontado pelo CONTRATANTE.

4.7.6.1. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

4.7.7 No caso de eventual atraso no pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, poderá haver incidência de atualização monetária, sobre o valor devido, pro rata temporis, ocorrida entre a data limite estipulada para pagamento e a da efetiva realização, se requerida pela CONTRATADA; para esse fim, será utilizada a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

4.7.7.1 O mesmo critério de correção será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pela CONTRATADA, bem como em decorrência de atrasos no recolhimento de multas eventualmente aplicadas.

4.7.8 O depósito bancário produzirá os efeitos jurídicos da quitação da prestação devida.

4.7.9 Os pagamentos decorrentes dos contratos firmados pelos demais órgãos observarão os prazos, procedimentos e normativos internos de execução orçamentária e financeira aplicáveis a cada órgão.

4.8 Adequação Orçamentária (art. 6º, XXIII, "j", lei n. 14.133/2021)

4.8.1 A despesa em questão está prevista no Plano Anual de Contratações - PCA 2025 do Conselho da Justiça Federal (item 142);

4.8.2 Há previsão orçamentária para o exercício de 2025, sob a natureza de despesa:

33.90.40.06 - Locação de Softwares

4.9 Sanções (art. 156, lei n. 14.133/2021)

4.9.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA (pessoa jurídica ou física) que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

4.9.2 A CONTRATADA que cometer a infração discriminada no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

4.9.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o CONTRATANTE, não interfiram diretamente na execução do objeto e não comprometam prazos e/ou serviços;

4.9.3 Multas moratórias, nos seguintes casos:

4.9.3.1 Multa Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da garantia contratual, no caso de atraso injustificado na sua entrega, até o limite de 10 (dez) dias corridos. A partir desse limite, poderá ser considerada INEXECUÇÃO PARCIAL das obrigações assumidas.

4.9.3.2 Multa Moratória de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total do contrato por dia/hora/ocorrência de atraso, em caso de descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais previstas na execução do objeto, e não arroladas acima, até o limite de 3% (três por cento).

4.9.3.3 Multa Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso injustificado na disponibilização ou entrega do objeto descrito na Ordem de Serviço, até o limite de 10 (dez) dias corridos. Após esse prazo, poderá ser considerada INEXECUÇÃO TOTAL das obrigações contratuais.

4.9.3.4 Multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor unitário da subscrição quando houver atraso no atendimento dos chamados de Severidade 4, limitado a 10%. Após o limite, será considerada INEXECUÇÃO PARCIAL;

4.9.3.5 Multa moratória de 2% (dois por cento), por hora ou fração de hora, sobre o valor unitário da subscrição quando houver atraso no atendimento dos chamados de Severidade 3, limitado a 20%. Após o limite, será considerada INEXECUÇÃO PARCIAL;

4.9.3.6 Multa moratória de 3% (três por cento), por hora ou fração de hora, sobre o valor unitário da subscrição quando houver atraso no atendimento dos chamados de Severidade 2, limitado a 30%. Após o limite, será considerada INEXECUÇÃO PARCIAL;

4.9.3.7 Multa moratória de 4% (quatro por cento), por hora ou fração de hora, sobre o valor unitário da subscrição quando houver atraso no atendimento dos chamados de Severidade 1, limitado a 50%. Após o limite, será considerada INEXECUÇÃO PARCIAL;

4.9.3.8 Considera-se atraso injustificado aquele que não decorra dos seguintes motivos, devidamente fundamentados nos autos:

- a) alteração das especificações, pelo CONTRATANTE;
- b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- c) interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse do CONTRATANTE;
- d) aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por Lei;
- e) impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pelo CONTRATANTE em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- f) omissão ou atraso de providências a cargo do CONTRATANTE, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

4.9.4 Multas compensatórias, nos seguintes casos:

4.9.4.1 A não manutenção das condições de habilitação pela Contratada poderá dar ensejo à rescisão contratual e multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

4.9.4.2 Multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de INEXECUÇÃO PARCIAL das obrigações contratuais;

4.9.4.3 Multa compensatória de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de INEXECUÇÃO TOTAL das obrigações contratuais.

4.9.4 Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicada em razão das seguintes ocorrências:

4.9.4.1 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado:

- a) Pena: Impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 04 (quatro) meses;

4.9.4.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

a) Pena: Impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 12 (doze) meses;

4.9.4.3 Dar causa à inexecução total do contrato:

a) Pena: Impedimento do direito de licitar e contratar com a União pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

4.9.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

4.9.6 Os efeitos persistirão enquanto durarem os motivos que deram causa à aplicação da penalidade ou até que seja promovida a reabilitação da empresa perante a unidade sancionadora.

4.9.7 A reabilitação será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados e após o decurso de 2 (dois) anos da aplicação da penalidade.

4.9.8 Quando a ação ou omissão da CONTRATADA se enquadrar em tipos distintos de penalidades, prevalecerá aquele que comina a sanção mais grave.

4.9.9 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente a sanção de multa.

4.9.10 As penalidades de multa moratória ou compensatória não serão cumuladas.

4.9.11 Também ficam sujeitas às penalidades do Art. 87, III e IV da Lei nº 14.133/2021, as empresas e os profissionais que:

4.9.11.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

4.9.11.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

4.9.11.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

4.9.12 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

4.9.13 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

4.9.14 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

4.9.15 Desconto do valor da multa – O valor da multa deverá ser pago por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação pela CONTRATADA;

4.9.16 Caso a empresa não efetue o recolhimento da GRU, o valor da multa aplicada será:

4.9.16.1 Descontado dos créditos que a CONTRATADA fizer jus;

4.9.16.2 Cobrado judicialmente.

4.9.17 A CONTRATADA poderá apresentar recurso administrativo contra a aplicação das penalidades no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação do ato.

4.10 Local da execução contratual

4.10.1 Os serviços serão prestados de forma remota, por meio dos canais de comunicação descritos neste termo de referência, 24 horas por dia e 7 dias por semana.

4.10.2 Dos endereços dos Contratantes:

4.10.2.1 **Conselho da Justiça Federal** – CJF: A Sede do Conselho da Justiça Federal está localizada no Setor de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 - Asa Sul, Brasília - DF, CEP 70200-003 - Telefone: (61) 3022-7420 / E-mail: sesser@cjf.jus.br

4.10.2.2 **Supremo Tribunal Federal** – STF: A Secretaria de Tecnologia e Inovação - STI do Supremo

4.11 Informações acerca da análise/ impacto ambiental decorrente da contratação

4.11.1 A presente contratação foi submetida à Análise do Ciclo de Vida e Sustentabilidade, conforme Despacho SESUST (id. 0807319).

4.11.2 A contratação deverá seguir os seguintes critérios de sustentabilidade:

4.11.2.1 A solução e os serviços contratados devem contribuir para a otimização do desempenho dos sistemas de TI do CJF, o que implica em uma utilização mais eficiente da infraestrutura existente e, consequentemente, na redução do consumo de energia e outros recursos associados.

4.11.2.2 A CONTRATADA deverá observar, sempre que aplicável, para a execução dos serviços, as normas em vigor atinentes à Política de Sustentabilidade da Justiça Federal, bem como aos normativos internos, tais como o Plano de Logística Sustentável 2025/2026 e o Manual de Sustentabilidade nas compras e contratações do Conselho da Justiça Federal, instituído pela Portaria CJF n. 96, de 10 de fevereiro de 2023.

4.11.2.3 A CONTRATADA será responsabilizada por qualquer prejuízo que venha causar ao CJF por ter suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas por falta de cumprimento de normas ligadas ao software elencado no presente Termo de Referência.

4.12 Garantia contratual (art. 96, lei n. 14.133/2021)

4.12.1 A CONTRATADA se compromete a apresentar garantia para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor TOTAL do Contrato, em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de recebimento do termo contratual assinado pela CONTRATANTE, nas modalidades de garantia previstas nos incisos I e III do art. 96, §1º da Lei n. 14.133/2021.

4.12.2 Caso a CONTRATADA adote qualquer das modalidades de garantia previstas nos incisos I, III e IV do §1º do art. 96 da Lei n. 14.133/2021, esta deverá ser apresentada no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da data de recebimento do termo contratual assinado pelo CJF.

4.12.3 No caso de a CONTRATADA optar pela constituição de seguro-garantia, deverá apresentar a cautela, no prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação, nos termos do § 3º do art. 96 da Lei 14.133/2021.

4.12.3.1 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, e permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.12.3.2 Nessa hipótese, a apólice deverá ser expedida exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Deverá ser apresentado o número de registro da apólice ou endosso na SUSEP.

4.12.3.3 Será permitida a substituição da apólice na data de renovação ou de aniversário do contrato, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no § 2º do art. 96 da Lei 14.133/2021.

4.12.3.4 Será permitida a substituição da apólice na data de renovação ou de aniversário do contrato, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o que dispõe o §2º do art. 96 da NLLC.

4.12.3 Quando a garantia for apresentada em dinheiro, ela será atualizada monetariamente, conforme os critérios estabelecidos pela instituição bancária em que for realizado o depósito, nos termos do art. 100 da Lei n. 14.133/2021.

4.12.4 Caso a CONTRATADA opte pela modalidade fiança bancária, o instrumento respectivo deverá ser expedido exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil. Além disso, a pessoa fiadora deverá ser domiciliada ou possuir agência no Distrito Federal e demonstrar possuir bens suficientes à garantia integral da fiança prestada, conforme art. 825 da Lei 10.406/2002. A carta de fiança deverá conter cláusula expressa de renúncia do fiador ao benefício de ordem previsto no artigo 827 da Lei n. 10.406/2002, conforme facultado pelo inciso I do artigo 828 do mesmo diploma legal, e ser registrada no Registro de Títulos e Documentos, conforme previsto nos artigos 128, 129 e 130 da Lei 6.015/73.

4.12.5 Aditado o Contrato ou alterado o seu valor, fica a CONTRATADA obrigada a apresentar garantia complementar ou substituí-la, no mesmo percentual e modalidades constantes deste Termo de Referência, em até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de recebimento do termo contratual assinado pela CONTRATANTE. Nesses casos, a garantia será liberada após a apresentação da nova garantia e da assinatura do Termo Aditivo ao Contrato.

4.12.6 A garantia apresentada em desacordo com os requisitos e coberturas previstos será devolvida à CONTRATADA, que disporá do prazo adicional improrrogável de 10 (dez) dias corridos para a regularização da pendência, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

4.12.7 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados à administração ou a terceiro em razão da execução do contrato;
- c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e,
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA, quando couber.

4.12.8 Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o término de vigência do contrato.

4.12.9 A CONTRATADA fará a reposição da garantia, caso o valor seja utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, em até 20 (vinte) dias úteis após sua utilização.

4.13 Transferência de conhecimento

4.13.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar ferramenta de pesquisa em base de conhecimento de solução de problemas e documentos técnicos do fabricante.

4.14 Confidencialidade de informações (art. 32, § 2º, lei n. 14.133/2021)

4.14.1 A CONTRATADA compromete-se a manter em caráter confidencial, mesmo após a eventual rescisão do contrato, todas as informações a seguir especificadas:

4.14.1.1 Política de segurança adotada pelo CJF e pelos órgãos da Justiça Federal e as configurações de hardware e software relacionadas.

4.14.1.2 Processo de instalação, configuração e customizações de produtos, ferramentas e os itens constantes do(s) objeto(s).

4.14.1.3 Qualquer informação do CONTRATANTE que venha tomar conhecimento em razão da execução dos serviços.

4.14.2 A CONTRATADA deverá concordar e assinar Termo de Confidencialidade especificado no Anexo Único.

5. Equipe de Planejamento da Contratação - EPC

5.1 O presente Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação, nomeada por intermédio da Portaria CJF n. 735/2025 (id. 0795043), identificada adiante:

Integrante		Nome	Matrícula
Requisitante	Titular	JEFFERSON COLOMBO BARBOSA XAVIER	740
	Suplente	ADRIANA JESUS DE MORAIS	382
	Titular	ADRIANA JESUS DE MORAIS	382

Técnico			
	Suplente	FRED ULISSES MARANHÃO	1168
Administrativo	Titular	GERALDO COSTA CAVALCANTE NETO	1106
	Suplente	JOSIAS FERREIRA ALVES NETO	1061

ANEXO ÚNICO

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DA CONTRATADA

1. O CONTRATANTE, para execução do objeto contratado, terá acesso aos dados pessoais de representantes da CONTRATADA, tais como: CPF; RG; endereço eletrônico; entre outros que possam ser exigidos durante a execução, em harmonia com as regras estabelecidas na Lei n. 13.709/2018 (LGPD), em especial, às disposições contidas nos arts. 23 a 30.

2. A CONTRATADA declara que tem conhecimento das disposições constantes da LGPD e se compromete a adequar todos os seus procedimentos internos aos comandos da lei, com o intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE ou terceiros, durante a execução do contrato.

2.1. Após o término do contrato, a CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais da CONTRATANTE no âmbito e nos limites técnicos das suas atividades, sendo autorizada a conservação na forma prevista em lei, em especial:

- a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- b) estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- c) transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos na LGPD; ou
- d) uso exclusivo da CONTRATADA, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

3. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente ocorrido com dados pessoais (ex: situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma inadequada de utilização) em que são acessados, sem a devida autorização, dados pessoais do CONTRATANTE ou de terceiros, durante a execução do contrato, devendo adotar as providências cabíveis, em especial, ao disposto no art. 48 da LGPD.

4. Das Obrigações Comuns das Partes:

- a) é vedada às partes a utilização, bem como do repasse a terceiros, a qualquer título, de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para a finalidade distinta da prevista no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, ressalvada a hipótese de repasse para abranger obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual;
- b) as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial dos dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (LGPD);
- c) As partes responderão administrativa e judicialmente pelos danos (patrimonial, moral, individual ou coletivo) causados aos titulares de dados pessoais, quando esses forem repassados em desacordo com a LGPD, durante a execução contratual.

5. Das Obrigações específicas da CONTRATADA:

- a) a CONTRATADA, a partir do momento em que toma conhecimento das informações sobre o ambiente computacional do CJF, aceita as regras, condições e obrigações constantes deste termo.
- b) a expressão “informação restrita” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações

mercadológicas, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros.

6. A CONTRATADA compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do CONTRATANTE, das informações restritas a que teve acesso.

7. A CONTRATADA se compromete a não utilizar e a não permitir que seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos utilizem, de forma diversa da prevista no contrato, as informações restritas a que teve acesso.

8. A CONTRATADA deverá cuidar para que as informações a que teve acesso fiquem limitadas ao conhecimento dos diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e demais atividades relativas ao contrato, devendo cientificá-los da existência deste termo e da natureza confidencial das informações restritas reveladas.

9. A CONTRATADA se obriga a informar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste termo que tenha tomado conhecimento ou ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

10. A quebra do sigilo das informações restritas a que teve acesso, devidamente comprovada, sem autorização expressa do CONTRATANTE, incorrerá em falta grave e possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre o CJF e a CONTRATADA sem qualquer ônus para o CONTRATANTE. Nesse caso, a CONTRATADA estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive os de ordem moral, bem como as responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

11. O presente termo tem natureza irrevogável e irretirável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às informações restritas do CONTRATANTE.

12. E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, as partes assinam o presente termo por meio de seus representantes legais.

Brasília, ____ de ____ de 20__.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

Processo nº0002128-48.2025.4.90.8000

SEI nº0838625



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Jesus de Moraes, Chefe - Seção de Suporte a Serviços**, em 16/03/2026, às 16:36, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Colombo Barbosa Xavier, Subsecretário(a) - Subsecretaria de Tecnologia e Suporte Técnico**, em 17/03/2026, às 17:31, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geraldo Costa Cavalcante Neto, Chefe - Seção de Apoio ao Planejamento das Contratações**, em 18/03/2026, às 08:51, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0838625** e o código CRC **74D52B8C**.